

Atendimento à criança portadora de DMu

MARIA PAULA PADILHA

A área de estudo de deficiência múltipla é uma área praticamente recente no IHA. Iniciamos nosso estudo a partir de 1995, quando a instituição organizou um grupo de trabalho para discutir questões relativas às escolas especiais. Dentre as questões discutidas, a que gerava mais dúvidas referia-se a quem seria o aluno da escola especial, pois pensávamos, que era o aluno que possuía deficiência múltipla.

Organizamos, então, o grupo de estudo da área específica de Dmu e reflexões a partir da conceituação de deficiência múltipla enunciada por alguns autores pesquisados:

“... as crianças com deficiências múltiplas e graves são aquelas cujas principais necessidades educacionais são o estabelecimento e o desenvolvimento de habilidades básicas nas áreas social, de auto-ajuda, e comunicação, que representam o potencial de sobrevivência da criança em um mundo supervisionado ou protegido.” Sontag, Smith e Sailon (1977)

“Todos os indivíduos que têm uma deficiência mental moderada, grave e profunda.

Todos os indivíduos que têm distúrbios emocionais graves e profundos.

Todos os indivíduos com deficiência mental moderada e profunda que têm pelo menos mais de uma deficiência (isto é, deficiência auditiva, visual, paralisia etc.).” Snell (1978)

“Crianças com deficiências múltiplas são aquelas que têm mais de uma excepcionalidade, sendo cada uma delas suficientemente grave para justificar serviços de educação especial.” Kirk e Gallagher, 1991

“É a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa. As principais necessidades

educativas serão priorizadas e desenvolvidas através de habilidades básicas, nos aspectos social, de auto-ajuda e de comunicação.” MEC, 1995

Refletindo sobre estes conceitos conseguimos compreender melhor o indivíduo com deficiência múltipla e a urgência de propostas educacionais diferenciadas, em função de suas necessidades.

Entendemos que o indivíduo com deficiência múltipla é aquele que apresenta duas ou mais deficiências primárias associadas (mental, visual, auditiva, física), não significando, entretanto, um somatório de deficiências. Um indivíduo que apresenta deficiência física associada a deficiência auditiva, por exemplo, deve ser entendido como um indivíduo cujas necessidades educacionais especiais são diferentes das necessidades especiais de um indivíduo com deficiência física ou de um indivíduo com deficiência auditiva.

As pessoas que apresentam deficiências associadas devem ser compreendidas como uma pessoa que se constitui de forma diferente, singular, que participam da história de suas famílias e comunidades, influenciando-as e sendo influenciadas por elas de forma efetiva mesmo que bastante peculiar.

Esses sujeitos, assim como os demais, constituem-se através da linguagem, embora, para alguns, tenhamos que criar formas alternativas de comunicação para que possam compreender e serem compreendidos pelo mundo.

“É sempre em um determinado ‘mundo’ (no contato com o outro) que o sujeito nasce, cresce, se desenvolve, se constitui. É este mundo (de incontáveis e

encantáveis outros) que será, por ele, internalizado, no processo de sua constituição social.” (Kassar, pg. 69)

Como pessoas únicas, não podemos, portanto, agrupá-las em categorias de deficientes múltiplos, ou seja, grupo de DF/DM, DF/DA, DF/DV, DV/DA, ... como também não podemos pensar em propostas educacionais unificadas para cada grupo.

As propostas educacionais para alunos com DMu deverão ser elaboradas a partir da determinação de suas necessidades educacionais especiais realizada através da avaliação inicial do aluno e do contexto escolar e sócio-familiar.

Este momento da avaliação inicial representa, então, o início de uma série de decisões na vida deste aluno. Através da interação e de atividades pedagógicas, próprias a cada idade, vamos determinando suas necessidades educacionais especiais e as ajudas necessárias para que tenha acesso a aprendizagens curriculares. Após a avaliação inicial, a criança ou o adolescente é encaminhado para a modalidade de atendimento que mais atenda, no momento, às suas necessidades educacionais especiais - classes especiais, escolas especiais ou escolas regulares, com os apoios que se fizerem necessários.

Apontamos alguns aspectos que consideramos importantes e que deverão ser compreendidos de maneira global e dinâmica na avaliação inicial:

DO ALUNO

- atividades pedagógicas - como realiza o que é proposto: com autonomia, com ajuda (de que tipo), não realiza mesmo com ajuda;
- linguagem oral (compreensão e expressão);

- outras linguagens para se comunicar;
- habilidades motoras, visual e auditivas;
- linguagem escrita (compreensão e expressão);
- construção de diferentes conceitos.

DO CONTEXTO SÓCIO-FAMILIAR

- história pessoal e social do aluno;
- desenvolvimento;
- relato sobre a vida da criança;
- contexto em que vive;
- atividades diárias realizadas;
- relações interpessoais (na família, em comunidades, na escola).

DO CONTEXTO ESCOLAR

- respostas que a escola encontra para atender às necessidades educacionais especiais do aluno.

Priscila, por exemplo, é uma adolescente de quinze anos que apresenta encefalopatia crônica da infância. Utiliza cadeira de rodas, apresenta-se bem posturada, tem controle de cabeça e possibilidade de escrita com a mão direita. Apresenta baixa visão. Consegue ler textos ampliados, com letras em negrito, com espaçamento um pouco maior que o convencional, entre cada palavra e entre as linhas do texto. Seus pais trabalham e tem uma babá desde criança que a acompanha a todos os lugares. Conversa sobre assuntos atuais e gosta de música italiana. Priscila foi encaminhada para a turma regular, na qual deverá acompanhar o currículo oficial com as adaptações de acesso ao currículo necessárias às suas necessidades especiais. Deverá ter apoio da sala de recursos e do professor itinerante. A babá, também será um apoio, devendo estar na escola, no recreio, para levá-la ao banheiro.

O processo de avaliação precisa continuar nos espaços para os quais os alunos são encaminhados e onde a proposta de trabalho de cada aluno vai sendo melhor definida, visando a maior participação possível no currículo oficial (Multieducação). Para que essa participação se efetive são pensadas, continuamente, as adaptações necessárias, tanto no que diz respeito ao acesso às atividades escolares (adaptações de acesso ao currículo) quanto àqueles que devem ser feitos nos procedimentos de avaliação, recursos, objetivos (adaptações curriculares propriamente ditas), tornando o currículo o guia de viagem ao conhecimento construído para a necessidade individual de cada um.

Renato, por exemplo, é um adolescente de quatorze anos, que apresenta encefalopatia crônica da infância. Utiliza cadeira de rodas, sendo, ainda, necessária uma adaptação para que possa sustentar a cabeça. Comunica-se pelo sorriso, olhar e movimento de cabeça. Apresenta baixa visão. Seus pais são separados e não tem irmãos. Ele foi encaminhado para a escola especial, com indicação de uma proposta pedagógica com adaptações curriculares significativas. Durante seu primeiro ano de escolaridade, com o apoio de sua terapeuta e após avaliação do campo e acuidade visual, foi colocado ao lado de sua cabeça um acionador conectado a um relógio (recurso de comunicação alternativa). O relógio servia como uma prancha de comunicação na qual duas opções eram colocadas quando a professora fazia uma pergunta. Renato pressionando o acionador, girava o ponteiro do relógio até posicioná-lo na resposta desejada. Foram utilizadas figuras com poucos detalhes e ampliação das letras negritadas. Após alguns meses, o acionador foi colocado entre seus joelhos, como outra maneira de ser utilizado.

Com a continuidade do trabalho e da avaliação do processo de ajustamento entre os objetivos, os meios e o desenvolvimento / aprendizagem, foram sendo mudadas as expectativas em relação ao futuro e às possibilidades desse aluno.

O caso do menino Renato exemplifica a importância do processo de avaliação contínua na tomada de decisão sobre os caminhos que trilhamos com cada uma das crianças que necessitam de novas alternativas para a comunicação com o mundo e o conseqüente processo de aprender para desenvolver-se. ◆

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. Área Específica de Deficiência Múltipla. *Grupo de Área Específica, IHA*. RJ, 1999, Texto I.
- _____. Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial: Área de Deficiência Múltipla. *Ministério de Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1999. Série Diretrizes, 7.
- Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Multieducação. Núcleo Curricular Básico. RJ, Imprensa Oficial, 1999.
- Kirk, S. & Gallagher, J. Educação da Criança Excepcional. SP, Martins Fontes, 1999.
- Kassar, Mônica de Carvalho Magalhães. Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas, SP. Autores Associados, 1999.